

Relatório Nº 5/2025 – NOVACAP/PRES/NLC

Brasília, 13 de janeiro de 2025.

Assunto:

Vocativo do Destinatário,

Referência: Pregão Eletrônico nº 033/2024 - NLC/PRES

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) na manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins – DPJ, ou outro local determinado pela direção da Companhia, com a disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do Distrito Federal – DF.

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Tratam-se de Recursos Administrativos interposto pela empresa BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA (Lote 3: [159513076](#) e Lote 7: [159318550](#)), contra a habilitação da empresa FCB TRANSPORTES LOGISTICA E SERVIÇOS GERAIS LTDA, que contrarrazoou (Lote 3: [159735422](#) e Lote 3 e 7: [159547603](#)).

2. DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO

- 2.1. A declaração da empresa vencedora do Lote 3 ocorreu no dia 23/12/2024 ([159513567](#)).
- 2.2. A declaração da empresa vencedora do Lote 7 ocorreu no dia 16/12/2024 ([159548116](#)).
- 2.3. A empresa recorrente protocolou o Recurso Administrativo em 19/12/2024 e 23/12/2024.
- 2.4. Primeiramente, cumpre demonstrar a **tempestividade e o cabimento do presente recurso**, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.
- 2.5. Importante informar que os recursos protocolados são idênticos em sua forma e conteúdo.

3. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

3.1. A Recorrente alega a inobservância, por parte da empresa FCB, de requisitos técnicos exigidos no edital referentes a:

- Atestados de Capacidade Técnica incompatíveis com o objeto licitado;
- Prestação de serviços em áreas rurais, contrariamente às especificações do edital;
- Erro material em um dos atestados e ausência de vinculação clara do responsável técnico.

4. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRIDA

4.1. A Recorrida, em Contrarrazões, argumenta que:

- Os atestados apresentados, embora questionados, contemplam serviços compatíveis;
- O erro material no atestado emitido não compromete sua validade, pois decorre de questão formal;
- A vinculação do responsável técnico aos contratos está devidamente registrada.

É o breve relatório.

5. DA ANÁLISE DO RECURSO

5.1. Por se tratar de aspectos eminentemente técnicos, a área técnica foi instada a se manifestar, e respondeu a demanda através do Despacho nº [159770787](#), abaixo transcrito:

Tratam os autos da contratação de empresas especializadas na manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins – DPJ, ou outro local determinado pela direção da Companhia, com a disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do Distrito Federal – DF, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Edital e seus anexos.

Em atenção ao Despacho– NOVACAP/PRES/NLC (159604807 e [159735535](#)), o qual solicita análise e Parecer quanto aos Recursos Administrativos interpostos tempestivamente pela empresa BIOVETOR SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - (Lote 03 - Doc. SEI/GDF nº [159513076](#) e Lote 07 - [159318550](#)) do Pregão Eletrônico nº 033/2024 - DECOMP/DA, tendo em vista a apresentação da Contrarrazão da empresa FCB TRANSPORTE E LOGÍSTICA ([159547603](#)), informamos:

O Recurso Administrativo ([159513076](#) e [159513076](#)) interposto pela empresa BIOVETOR trata de 03 (três) assuntos: da ausência do grau de endividamento financeiro (FF), da ausência da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e **da invalidade dos atestados de capacidade técnica**.

A presente Área Técnica fará a análise apenas da invalidade dos atestados de capacidade técnica, uma vez que dos assuntos abordados o DPJ analisou apenas esse item.

DO RECURSO E DA CONTRARRAZÃO

DO RECURSO

A empresa BIOVETOR SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - (Lote 03 - Doc. SEI/GDF nº [159513076](#) e Lote 07 - [159318550](#)) interpôs Recurso Administrativo de forma tempestiva alegando, dentre outros:

Que a empresa FCB TRANSPORTE E LOGÍSTICA não cumpre com os requisitos necessários para comprovação da capacidade técnica uma vez que os atestados de capacidade técnica emitidos pela empresa Corumbá Concessões S.A não estão diretamente relacionados ao serviço de destocamento descrito no objeto da licitação, conforme Termo de Referência e destaca:

- Os atestados não mencionam atividades de retirada de resíduo lenhoso e destocamento de remanescentes de árvores cortadas, que são serviços centrais exigidos para a habilitação técnica no presente certame.
- Além disso, os documentos descrevem atividades relacionadas à serviços de roçada manual e mecanizada com retirada de raízes de ervas daninhas, sendo, portanto, incompatíveis com os serviços de destocamento de arborização urbana, conforme exigidos no edital.

Que a área, onde foi prestado o serviço de destocamento para a empresa Corumbá Concessões S.A, é rural, contrariando a exigência de expressa em Termo de Referência de que os serviços fossem executados em área urbana.

Que a empresa BIOVETOR analisou outro atestado do serviço de destocamento apresentado pela FCB, firmado com a própria empresa Licitante, e constatou que este além de não possuir o registro no CREA, foi constada como data de assinatura o dia 02/05/2025, indicando uma possível dúvida quanto a veracidade do documento.

5.1.1. Por fim, menciona que o atestado de capacidade técnica apresentado pela FCB não menciona o Sr. Mario Ozeas Sampaio dos Santos como responsável técnico dos serviços citados no documento.

DA CONTRARRAZÃO

A empresa FCB apresentou contrarrazão esclarecendo que a análise da empresa BIOVETOR foi equivocada uma vez que no atestado apresentado pela FCB informa tanto da "retirada de raízes envoltos em solo" COMO TAMBÉM da retirada de ervas daninhas, dois serviços distintos, e não da retirada de raízes envoltos em solo de ervas daninhas como interpretado pela empresa BIOVETOR.

Esclarece que o atestado, emitido pela própria licitante datada de 02/05/2025, possui um mero erro material e que este equívoco por si só não configura irregularidade na emissão dos documento ou nos contratos e esclarece ainda que mesmo não havendo a apresentação do CAT, este atestado em específico foi emitido pelo próprio órgão licitante.

Com intuito de exterminar qualquer dúvida quanto a habilitação da FCB no serviço de destocamento, a empresa cita ainda um atestado constante na página 34, o qual trata do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2017 – METRÔ/DF, onde é atestado a execução de serviço de destocamento.

Esclarece ainda que o RT do Responsável Técnico está vinculado aos contratos e, por sua vez, ao atestado, por força da proposta e habilitação enviados durante o processo licitatório dos contratos ali dispostos.

ANÁLISE

Foi exigido, conforme exposto no item 11 "DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO", que a empresa apresentasse dois atestados:

Um deles, conforme itens 11.4.2.1 e 11.4.2.2, foi o Acervo Técnico de 50% do quantitativo total anual dos serviços de poda juntamente com o Acervo Técnico de 50% do quantitativo total anual dos serviços de supressão, tendo em vista serem **os serviços de maior relevância** do objeto licitado, **demonstrando**, desta forma, a experiência de **execução de atividades compatíveis com as características dos serviços do objeto a ser contratado** de forma a comprovar sua capacidade técnica operacional, senão vejamos:

11.4.2 Da Empresa:

11.4.2.1 As empresas PROPONENTES deverão demonstrar sua capacidade técnica operacional, comprovando ter executado, a qualquer tempo, serviços compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão(ões) e atestado(s). O (s) atestado(s) para capacidade operativa da empresa deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional, o nome da pessoa jurídica do licitante, bem como a empresa contratada para a execução da obra ou serviços, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução n.º 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. É permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica para cada um dos diferentes serviços.

11.4.2.2 A empresa licitante deverá comprovar Acervo Técnico de 50% do quantitativo total anual dos serviços de poda e comprovar Acervo Técnico de 50% do quantitativo total anual dos serviços de supressão, tendo em vistas serem os serviços de maio relevância do objeto licitado, comprovando a experiência de execução de atividades compatíveis com as características dos serviços do objeto a ser contratado, conforme quantitativo indicado na tabela abaixo.

O outro atestado, conforme item 11.4.3, foi a exigência do **conhecimento técnico na execução de serviço de destocamento**, tendo em vista ser a **atividade de menor relevância**, vejamos:

11.4.3 Considerando a necessidade de que a empresa contratada tenha conhecimento técnico na execução dos serviços de destocamento e considerando que este serviço não é a atividade de maior relevância será

apenas exigido que a empresa Proponente comprove já ter executado, a qualquer tempo, sem destinação ou quantidade o serviço de destocamento.

Dessa forma, como já tratado anteriormente, a exigência da comprovação dos serviços de maior relevância, poda e supressão, serem em área pública urbana compatibilizando com o objeto a ser contratado, se dá ao fato de que:

"...estas áreas carecem de técnicas e experiências diferentes daquelas aplicadas em áreas que possuem outras características. Contratação de empresa especializada em um serviço em determinada área demonstra a necessidade de uma empresa que tenha *"Know how"* específico naquele assunto para aquele dado contexto, no presente caso, significa que há necessidade de contratação, não de uma empresa que tenha apenas experiência em intervenção arbórea, mas sim uma empresa especializada em intervenção arbórea em área verde pública urbana.

Nas áreas urbanas existe um séries de adversidades e interferências com equipamentos públicos e particulares, as quais não são encontradas em povoamento florestal, como alguns exemplos podemos citar as redes de distribuição de energia elétrica, postes, muros, fachadas, meios-fios, rede de esgoto, rede pluvial, calçadas, fachadas de prédio, dentre muitos outros. Ainda, a execução do serviço de manutenção arbórea em áreas verdes públicas é realizado em vias e nas adversidades do dia a dia de uma área urbana, ou seja, em ambientes que possuem grande circulação de carros e transeuntes e onde deverão ser observados diversos aspectos que garantam a integridade dos que ali circundam, cenário este bem adverso ao encontrado em povoamento florestal."

Tal exigência não foi feita para o serviço de destocamento uma vez que, além de não ser a atividade de maior relevância, a técnica de destocamento é a mesma independente da área onde a cepa esteja localizada, ou seja, independente se uma determinada cepa esteja inserida em uma área rural, um povoamento florestal ou uma área urbana, a técnica para retirada desta será a mesma, diferentemente dos casos de execução de serviço de poda e supressão, e por este motivo foi exigida a comprovação da execução a qualquer tempo, sem destinação ou quantidade do serviço de destocamento sem nenhuma especificidade.

Posto isto, tendo em vista que a empresa FCB apresentou, além do atestado de capacidade técnica de Corumbá já analisado, o atestado emitido pela próprio órgão licitante, contudo sem a CAT e ainda o atestado do Metro com a devida CAT (página 70 e 71 da Habilitação [153322807](#)) realizado nos sistemas operacionais do Metro, localizado na Avenida Jequitibá:

Descrição das atividades:

Prestação de serviços continuados de capina manual e mecânica, poda de árvores, varrição, retirada de troncos e remoção de resíduos provenientes dos serviços com destinação de acordo com a legislação ambiental vigente, com fornecimento de todos os materiais, sob demanda, equipamento e mão de Obra;

Responsável Técnico: Mario Ozeas Sampaio dos Santos Filho, inscrito no CREA nº DF-17555/D;

Nível de atuação: Execução do trabalho;

Período de participação nos serviços: 20/03/2019 a 20/03/2019;

Período em participação nos serviços: 20/03/2019 a 20/03/2020;

Atividades que efetivamente desenvolveu: Prestação de serviços continuados de capina manual e mecânica, poda de árvores, varrição, retirada de troncos e remoção de resíduos provenientes dos serviços com destinação de acordo com a legislação ambiental vigente, com fornecimento de todos os materiais, sob demanda, equipamento e mão de Obra.



Esta área técnica entende, s.m.j, que a empresa comprovou ter executado a qualquer tempo e em qualquer quantidade o serviço de destocamento.

Ainda, conforme item 11.4.1, o Responsável Técnico da PROPONENTE deveria comprovar ter executado serviços compatíveis com o objeto da licitação, senão vejamos:

11.4.1 Do Responsável Técnico - O Responsável Técnico da PROPONENTE deverá comprovar ter executado, a qualquer tempo, obras/serviços compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão (ões) e atestado(s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica (s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo CREA/CAU, na forma do disposto na Resolução n.º 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, com apresentação da (s) Certidão (ões) de Acervo Técnico (CAT) e indicação da(s) Anotação (ões) de Responsabilidade Técnicas (ART) emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução do serviço descrito na tabela abaixo:

Para todos os lotes	Descrição dos serviços
	Manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação.

Na habilitação entregue pela empresa FCB ([153322807](http://www.fcb.com.br)) foram encontrados diversos documentos onde o Sr. Mario Ozeas foi mencionado, vejamos alguns destes:

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS		 CREA-GO
Certidão de Acervo Técnico - CAT Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009		CAT COM REGISTRO DE ATESTADO 1020170000706 Atividade concluída
CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução no 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA-GO o Acervo Técnico do profissional MARIO OZEAS SAMPAIO DOS SANTOS FILHO referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s): Profissional: MARIO OZEAS SAMPAIO DOS SANTOS FILHO RNP: 0708259782 Registro: 17555/D-DF Título profissional: Engenheiro Agrônomo		
Nº ART: 1020170050555..... Tipo: Obra ou serviço .. Registrada em: 24/03/2017 .. Baixada em: 24/03/2017 Forma de registro: Substituição à 1020170049649 Participação técnica: Individual Empresa contratada: 23495 - FCB - TRANSPORTES LOGÍSTICA E SERVICOS GERAIS LTDA		
Contratante: CORUMBÁ CONCESSÕES S.A. CPF/CNPJ: 04.066.598/0001-72 Rua 15 A..... Número: SN..... Bairro: Vila Juracy CEP: 72814-300 Quadra: SQ Lote: SN Complemento: zona rural Cidade: Luziânia-GO E-Mail: Fone: (61....)3392-9600 Contrato: 966-2016 Celebrado em: 22/10/2015 Valor R\$: 157.374,30 Vinculada a ART: Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável Endereço da Obra/Serviço: Rua 15 A Número: SN..... Bairro: Vila Juracy CEP: 72814-300 Quadra: SQ Lote: SI Complemento: zona rural Cidade: Luziânia-GO Data de início: 26/08/2016 Previsão término: 25/10/2016 Coordenadas Geográficas: Finalidade: Outro Código/Obra pública: Proprietário: CORUMBÁ CONCESSÕES S.A. CPF/CNPJ: 04.066.598/0001-72 E-Mail: Fone: (61....) 3392-9600		
Atividade(s) Técnica(s): 1 - ATUACAO EXECUCAO SERVICOS AFINS E CORRELATOS EM MEIO AMBIENTE , 185.000,00 METROS QUADRADOS;		
Observações: PODA DE ARVORES, ACEIRO, ROÇAGEM MANUAL E OU MECANIZADA COM RETIRADA DE RAÍZES ENVOLTOS EM SOLO, CONTROLE DE ERVAS DANINHAS, RASTELAGENS E DESTINAÇÃO EM LOCAL INDICADO E DESCUPINIZAÇÃO;		



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional MARIO OZEAS SAMPAIO DOS SANTOS FILHO referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **MARIO OZEAS SAMPAIO DOS SANTOS FILHO RNP: 0708259782** Registro: **17555/D-DF**

Título profissional: **Engenheiro Agrônomo**

Número da ART: **0720230027262** Tipo de ART: Obra ou serviço. Registrada em: 06/04/2023 Baixada em:

Forma de registro: Complementar à 0720230027262

Participação técnica: Individual

Empresa contratada: 9923 - FCB - TRANSPORTES LOGISTICA E SERVICOS GERAIS LTDA

Contratante: Companhia urbanizadora da nova capital do Brasil- novacap CPF/CNPJ: 00037457000170

SIA Setor de Áreas Públicas Número: 01712 Bairro: Zona Industrial (Guará) CEP: 71215000

Cidade: Brasília UF: DF

Complemento:

E-Mail: novacap@novacap.df.gov.br

Fone: (61) 32338099

Contrato: contrato 059/2020 lote 7

Celebrado em: 25/03/2020

Valor R\$: 4889708.00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Vinculada a ART: 0720230027262

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: SIA Setor de Áreas Públicas

Número: SN

Bairro: Zona Industrial (Guará)

CEP: 71215000

Cidade: Brasília UF: DF

Complemento:

Data de Início: ---

Conclusão efetiva: ---

Coordenadas Geográficas: -
15.820539009041518, -
47.962550818920135

Finalidade: Outro Código/Obra pública:

Proprietário(a): Companhia urbanizadora da nova capital do Brasil- novacap CPF/CNPJ: 00037457000170

E-Mail: novacap@novacap.df.gov.br

Fone: (61) 32338099

Execução Supervisão Meio Ambiente Controle e Monitoramento Ambiental de controle ambiental passivo ambiental 0.0001 metros quadrados

Observações

manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas, serviços de podas, supressão e remoção de árvores, trituração e transporte dos resíduos vegetais oriundos da operação.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **MARIO OZEAS SAMPAIO DOS SANTOS FILHO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **MARIO OZEAS SAMPAIO DOS SANTOS FILHO** RNP: 0708259782 Registro: 17555/D-DF

Título profissional: **Engenheiro Agrônomo**

Número da ART: 0720190023075..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: 16/04/2019

Forma de registro: Inicial..... Participação técnica: Individual.....

Empresa contratada: 9923 -..FCB - TRANSPORTES LOGISTICA E SERVICOS GERAIS LTDA.....

Contratante: **COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ DF**

CPF/CNPJ: 38.070.074/0001-77

AVENIDA JEQUITIBÁ..... Número: 155....

Bairro: AGUAS

CLARAS.....

CEP: 71929-540

Cidade: BRASILIA..... UF: DF

Complemento:

E-Mail: dad@metro.df.gov.br.....

Fone: (61....)33537151....

Contrato: 012/2018..

Celebrado em: 20/03/2019

Valor R\$: 1.239.761,88...

Vinculada a ART:

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: Avenida Jequitibá.....

Número: 155....

Bairro: Sul (Águas Claras).....

CEP: 71929-540.....

Cidade: Brasília..... UF: DF

Complemento:

Data de início: 20/03/2018

Situação: "atividade em andamento"

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: Outro.....

Código/Obra pública:

Proprietário: **COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ DF**

CPF/CNPJ: 38.070.074/0001-77

E-Mail: dad@metro.df.gov.br.

Fone: (61....) 33537151..

Atividade(s) Técnica(s): 1 - Realização Execução manutenção de vegetação, roçagens, poda... , 3.200,0000 metros quadrados;

Observações

serviços de roçagem mecanizada e manual, capina, limpeza e retirada de subprodutos.

Página 68 ([153322807](#))

CONCLUSÃO

Posto isso, a presente área técnica entende, s.m.j, pela VALIDADE DOS ATESTADOS APRESENTADOS, os quais comprovaram a execução de serviço de destocamento bem como entende pela VALIDADE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO do Sr. Mario Ozeas Sampaio dos Santos apresentado como responsável técnico dos serviços.

5.2. A Área Técnica demandante analisou detalhadamente os documentos e concluiu que:

- O serviço de destocamento, considerado de menor relevância no edital, foi comprovado pela empresa FCB por meio de múltiplos atestados, incluindo um emitido pelo próprio órgão licitante e outro com CAT anexa, atendendo ao item 11.4.3 do Termo de Referência.
- A realização de serviços em áreas rurais não compromete a comprovação do destocamento, pois a técnica aplicada é idêntica, independentemente do local de execução.
- O erro material no atestado emitido pela NOVACAP foi reconhecido como irrelevante para fins de avaliação da capacidade técnica.
- A vinculação do responsável técnico aos contratos está comprovada na documentação apresentada.

5.3. Quanto a alegação de que a empresa FCB apresentou índice de endividamento financeiro insatisfatório, informamos que conforme Nota Técnica 713 da Auditoria ([153431977](#)), àquela especializada concluiu que os índices econômico-financeiros da recorrida estão dentro das margens estabelecidas nos subitens 7.3.1.5 e 7.3.1.6 do edital do Pregão Eletrônico nº 033/2024 – DECOMP/DA.

5.4. Quanto a alegação de ausência da Certidão Negativa de Débitos relativo as contribuições previdenciárias, a recorrida está devidamente cadastrada no SICAF e em situação regular. O documento citado não faz

parte das exigências elencadas no item 7.3.1 do Edital e somente seria exigido se a Recorrida não fosse cadastrada junto ao SICAF, nos termos do item 7.3.2, o que não é o caso em apreço.

5.5. Nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, em conjunto com o art. 31 da Lei 13.303/2016, prevalece a avaliação objetiva das condições de habilitação. A interpretação do edital deve sempre visar o atendimento ao interesse público e a seleção da proposta mais vantajosa, observando-se os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

5.6. Com base na análise técnica e jurídica apresentada, **decidimos pelo indeferimento do recurso interposto pela empresa Biovetor Serviços Especializados Ltda.** e pela **manutenção da habilitação da empresa FCB Transporte e Logística no Lote 03 e 07** do Pregão Eletrônico nº 033/2024.

6. CONCLUSÃO

Respaldando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, concluiu-se pelo recebimento do recurso da empresa BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, e, no mérito, sugerimos que lhe seja **NEGADO PROVIMENTO**, para manter a habilitação da Recorrida, tendo em vista que inexistem motivos para desclassificação / inabilitação, nos termos do Despacho nº [159770787](#).

Encaminhem-se os autos à decisão superior do Senhor Presidente da Companhia Urbanizado da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, em atenção ao art. 76, VII, do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e legislação pertinente.

Atenciosamente,

ROOSEVELTH ALVES DA SILVA

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **ROOSEVELTH ALVES DA SILVA - Matr.0074369-0, Pregoeiro(a)**, em 13/01/2025, às 16:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#)
verificador= **160450983** código CRC= **78FC5780**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

00112-00008154/2024-95

Doc. SEI/GDF 160450983

Nota Técnica N.º 713/2024 - NOVACAP/PRES/AUDIT

Brasília-DF, 11 de outubro de 2024.

À Divisão de Licitações e Contratos (DILIC),

Assunto: Análise dos índices Econômico-Financeiros

Senhor Chefe,

Procedemos o exame dos índices econômico-financeiros contidos nestes autos, relativo ao **Pregão Eletrônico nº 033/2024 – DECOMP/DA**, que trata da:

"Contratação de empresa(s) especializada(s) na manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins – DPJ, ou outro local determinado pela direção da Companhia, com a disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do Distrito Federal – DF, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Edital e seus anexos."

As empresas **EBF INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, RE9COM SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, PLANATIVA FLORESTAL LTDA, FCB - TRANSPORTE LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS LTDA e BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA** foram consideradas arrematantes do certame, com o valor total de R\$ 180.000,00, conforme Despacho – NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC ([149401783](#)).

Nossos exames foram realizados com observância às disposições do Edital supracitado, sobretudo, a análise quanto ao disposto no 7.3.1 - Subitens 7.3.1.5 e 7.3.1.6 do Edital - (Doc. SEI/GDF nº [151137031](#)), bem como às Leis 14.133/2021, 13.303/2016, 11.638/2007, 11.941/2009 e o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Considerando que foram apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício - DRE, relativos ao período de 01/01/2022 a 31/12/2022 e 01/01/2023 a 31/12/2023 (Últimos Exercícios), devidamente registrados na forma da Lei, conforme Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital do SPED e Protocolos da Junta Comercial Estadual.

1. ANÁLISE DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS:

a) **EBF INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA:** Patrimônio Líquido no valor de R\$ 23.413.107,67. Os índices apresentados referentes ao exercício 2023 foram:

Índice	Análise	2022	Situação	2023	Situação	Justificativa
Índice de Liquidez Corrente (LC)	o índice ideal é >1	-	-	3,33	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Liquidez Geral (LG)	o índice ideal é >1	-	-	3,00	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Solvência Geral (SG)	o índice ideal é >1	-	-	3,30	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Endividamento Financeiro (EF)	o índice ideal é <1	-	-	0,50	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Endividamento Geral (EG)	o índice ideal é ou ainda <80%	-	-	33,31%	BAIXA	N/A

b) **RE9COM SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA:** Patrimônio Líquido no valor de R\$ 5.374.428,58. Os índices apresentados referentes ao exercício 2023 foram:

Índice	Análise	2022	Situação	2023	Situação	Justificativa
Índice de Liquidez Corrente (LC)	o índice ideal é >1	-	-	13,29	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Liquidez Geral (LG)	o índice ideal é >1	-	-	11,42	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Solvência Geral (SG)	o índice ideal é >1	-	-	11,42	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Endividamento Financeiro (EF)	o índice ideal é <1	-	-	0,10	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Endividamento Geral (EG)	o índice ideal é ou ainda <80%	-	-	8,76%	BAIXA	N/A

c) **PLANATIVA FLORESTAL LTDA:** Patrimônio Líquido no valor de R\$ 4.51.069,28. Os índices apresentados referentes aos exercícios 2022 e 2023 foram:

Índice	Análise	2022	Situação	2023	Situação	Justificativa

Índice de Liquidez Corrente (LC)	o índice ideal é >1	9,20	SATISFATÓRIO	9,61	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Liquidez Geral (LG)	o índice ideal é >1	9,62	SATISFATÓRIO	9,61	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Solvência Geral (SG)	o índice ideal é >1	9,62	SATISFATÓRIO	9,61	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Endividamento Financeiro (EF)	o índice ideal é <1	0,12	SATISFATÓRIO	0,12	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Endividamento Geral (EG)	o índice ideal é ou ainda <80%	10,39%	BAIXA	10,41%	BAIXA	N/A

d) FCB - TRANSPORTE LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS LTDA: Patrimônio Líquido no valor de R\$ 44.838.596,61. Os índices apresentados referentes aos exercícios 2022 e 2023 foram:

Índice	Análise	2022	Situação	2023	Situação	Justificativa
Índice de Liquidez Corrente (LC)	o índice ideal é >1	2,75	SATISFATÓRIO	2,75	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Liquidez Geral (LG)	o índice ideal é >1	2,39	SATISFATÓRIO	2,29	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Solvência Geral (SG)	o índice ideal é >1	2,39	SATISFATÓRIO	2,29	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Endividamento Financeiro (EF)	o índice ideal é <1	0,72	SATISFATÓRIO	0,77	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Endividamento Geral (EG)	o índice ideal é ou ainda <80%	41,85%	BAIXA	43,63%	BAIXA	N/A

e) BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA: Patrimônio Líquido no valor de R\$ 8.771.254,43. Os índices apresentados referentes aos exercícios 2022 e 2023 foram:

Índice	Análise	2022	Situação	2023	Situação	Justificativa
Índice de Liquidez Corrente (LC)	o índice ideal é >1	2,10	SATISFATÓRIO	1,02	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Liquidez Geral (LG)	o índice ideal é >1	4,54	SATISFATÓRIO	3,59	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Solvência Geral (SG)	o índice ideal é >1	4,54	SATISFATÓRIO	3,59	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Endividamento Financeiro (EF)	o índice ideal é <1	0,28	SATISFATÓRIO	0,39	SATISFATÓRIO	N/A
Índice de Endividamento Geral (EG)	o índice ideal é ou ainda <80%	22,03%	BAIXA	27,86%	BAIXA	N/A

CONCLUSÃO:

Diante das memórias de cálculos, acima apresentadas, concluímos que as empresas **EBF INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, RE9COM SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, PLANATIVA FLORESTAL LTDA, FCB - TRANSPORTE LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS LTDA** e **BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA LINCETRATOR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA:** apresentaram, nos exercícios de 2022 e 2023, os índices econômico-financeiros dentro das margens estabelecidas no 7.3.1 - Subitens 7.3.1.5 e 7.3.1.6 do Edital do **Pregão Eletrônico nº 033/2024 – DECOMP/DA**, portanto, possui uma boa situação financeira.

Marcus Venicius Lima dos Santos
Assessor de Diretoria

APROVO a presente Nota Técnica, referente à análise dos Índices Econômico-Financeiros, por seus próprios fundamentos.

Antônio Sérgio Xavier
Chefe da Auditoria Interna



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VENÍCIUS LIMA DOS SANTOS - Matr.0973482-1, Assessor(a)**, em 11/10/2024, às 09:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO SÉRGIO XAVIER - Matr.0973611-5, Chefe da Auditoria Interna**, em 11/10/2024, às 10:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **153431977** código CRC= **98D516CD**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF
Telefone(s): 3403-2471
Sítio - www.novacap.df.gov.br

00112-00008154/2024-95

Doc. SEI/GDF 153431977

Criado por [marcus.santos](#), versão 7 por [marcus.santos](#) em 11/10/2024 09:23:57.

Processo SEI nº 00112-00008154/2024-95		Pregão Eletrônico nº 033/2024 – DECOMP/DA		DIGITAR AS INFORMAÇÕES SOMENTE NOS CAMPOS BRANCOS	
FCB - TRANSPORTE LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS LTDA		CNPJ 01.796.430/0001-24			
ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS		FÓRMULAS	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2023	
1.	Índice de Liquidez Corrente - ILC	$\rightarrow \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\rightarrow \frac{47.712.899,40}{17.339.044,42} = 2,75$	$\frac{60.482.722,32}{22.022.350,49} = 2,75$	
2.	Índice de Liquidez Geral - ILG	$\rightarrow \frac{\text{Ativo Circul.} + \text{Ativo \u00c3o Circul.}}{\text{Passiv. Circul.} + \text{Passivo \u00c3o Circul.}}$	$\rightarrow \frac{68.319.554,44}{28.589.377,02} = 2,39$	$\frac{79.544.039,75}{34.705.443,14} = 2,29$	
3.	Índice de Solv\u00eancia Geral - ISG	$\rightarrow \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passiv. Circul.} + \text{Passivo \u00c3o Circul.}}$	$\rightarrow \frac{68.319.554,44}{28.589.377,02} = 2,39$	$\frac{79.544.039,75}{34.705.443,14} = 2,29$	
4.	Índice de Endividamento Financeiro - IEF	$\rightarrow \frac{\text{D\u00edvida Bruta (de Curto e Longo Prazo)}}{\text{Patrim\u00f4nio L\u00edquido}}$	$\rightarrow \frac{28.589.377,02}{39.730.177,42} = 0,72$	$\frac{34.705.443,14}{44.838.596,61} = 0,77$	
5.	Índice de Endividamento Geral - IEG	$\rightarrow \frac{\text{Passiv. Circul.} + \text{Passivo \u00c3o Circul.}}{\text{Ativo Total}} \times 100$	$\rightarrow \frac{28.589.377,02}{68.319.554,44} = 41,85\%$	$\frac{34.705.443,14}{79.544.039,75} = 43,63\%$	

GRUPOS CONT\u00c1BEIS	2022	2023
Ativo Circulante:	47.712.899,40	60.482.722,32
Ativo N\u00e3o Circulante:	20.606.655,04	19.061.317,43
ATIVO TOTAL:	68.319.554,44	79.544.039,75
Passivo Circulante:	17.339.044,42	22.022.350,49
Passivo N\u00e3o Circulante:	11.250.332,60	12.683.092,65
Patrim\u00f4nio L\u00edquido	39.730.177,42	44.838.596,61
PASSIVO TOTAL	68.319.554,44	79.544.039,75
LOTE 07		
VALOR DA CONTRATA\u00c7\u00c3O - R\$	6.097.000,00	
10% DO VALOR DA CONTRATA\u00c7\u00c3O	609.700,00	
PATRIM\u00f4NIO L\u00cdQUIDO	44.838.596,61	
AN\u00c1LISE	MAIOR	

1. O **ILC** \u00e9 um indicador que representa as condi\u00e7\u00f5es da empresa de pagar as obriga\u00e7\u00f5es de curto prazo com os valores existentes em seu ativo circulante. **O ideal \u00e9 ser \u2265 (maior ou igual) a 1**, pois, quanto maior for a liquidez corrente maior \u00e9 capacidade para liquidar essas obriga\u00e7\u00f5es.
2. O **ILG** \u00e9 um indicador que representa a sa\u00fade financeira da empresa a longo prazo, considerando direitos e obriga\u00e7\u00f5es (vendas parceladas, parcelas de empr\u00e9stimos, aplica\u00e7\u00f5es a longo prazo, etc.). **O ideal \u00e9 ser \u2265 (maior ou igual) a 1**, pois, quanto maior for a liquidez geral melhor \u00e9 capacidade financeira da empresa.
3. O **ISG** \u00e9 um indicador que representa a capacidade de uma companhia de honrar com suas obriga\u00e7\u00f5es financeiras. **O ideal \u00e9 ser \u2265 (maior ou igual) a 1**, pois, quanto maior a solv\u00eancia geral melhor, em tese, a condi\u00e7\u00e3o financeira da empresa.
4. O **IEF** \u00e9 um indicador de endividamento que representa a rela\u00e7\u00e3o entre o valor que a empresa est\u00e1 devendo e o valor que foi investido pelos acionistas. **O ideal \u00e9 ser \u2264 (menor ou igual) a 1**, pois, quanto menor for o endividamento financeiro maior \u00e9 o n\u00edvel de endividamento em rela\u00e7\u00e3o ao capital pr\u00f3prio da empresa.
5. O **IEG** representa o percentual do endividamento em compara\u00e7\u00e3o ao ativo total do neg\u00f3cio. **O ideal \u00e9 ser \u2264 (menor ou igual) a 80,00%**, pois, quanto menor o \u00edndice de endividamento, melhor a situa\u00e7\u00e3o da empresa, em termos de endividamento geral.
6. As licitantes que apresentarem \u00edndices de Liquidez Geral, Solv\u00eancia Geral, Liquidez corrente menor que 1 (um), Endividamento Geral maior que 0,80 e Endividamento Financeiro maior que 1, dever\u00e1 comprovar Patrim\u00f4nio L\u00edquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contrata\u00e7\u00e3o, constante deste Edital.

Despacho – NOVACAP/PRES/DC/DPJ

Brasília, 02 de janeiro de 2025.

À Diretoria das Cidades,

Assunto: Análise Recurso Administrativo e Contrarrazão.

1. Tratam os autos da contratação de empresas especializadas na manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins – DPJ, ou outro local determinado pela direção da Companhia, com a disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do Distrito Federal – DF, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Edital e seus anexos.
2. Em atenção ao Despacho – NOVACAP/PRES/NLC (159604807 e [159735535](#)), o qual solicita análise e Parecer quanto aos Recursos Administrativos interpostos tempestivamente pela empresa BIOVETOR SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - (Lote 03 - Doc. SEI/GDF nº [159513076](#) e Lote 07 - [159318550](#)) do Pregão Eletrônico nº 033/2024 - DECOMP/DA, tendo em vista a apresentação da Contrarrazão da empresa FCB TRANSPORTE E LOGÍSTICA ([159547603](#)), informamos:
3. O Recurso Administrativo ([159513076](#) e [159513076](#)) interposto pela empresa BIOVETOR trata de 03 (três) assuntos: da ausência do grau de endividamento financeiro (FF), da ausência da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e **da invalidade dos atestados de capacidade técnica**.
4. A presente Área Técnica fará a análise apenas da invalidade dos atestados de capacidade técnica, uma vez que dos assuntos abordados o DPJ analisou apenas esse item.

1. DO RECURSO E DA CONTRARRAZÃO

1.1. DO RECURSO

1.1.1. A empresa BIOVETOR SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - (Lote 03 - Doc. SEI/GDF nº [159513076](#) e Lote 07 - [159318550](#)) interpôs Recurso Administrativo de forma tempestiva alegando, dentre outros:

1.1.2. Que a empresa FCB TRANSPORTE E LOGÍSTICA não cumpre com os requisitos necessários para comprovação da capacidade técnica uma vez que os atestados de capacidade técnica emitidos pela empresa Corumbá Concessões S.A não estão diretamente relacionados ao serviço de destocamento descrito no objeto da licitação, conforme Termo de Referência e destaca:

- Os atestados não mencionam atividades de retirada de resíduo lenhoso e destocamento de remanescentes de árvores cortadas, que são serviços centrais exigidos para a habilitação técnica no presente certame.
- Além disso, os documentos descrevem atividades relacionadas à serviços de roçada manual e mecanizada com retirada de raízes de ervas daninhas, sendo, portanto, incompatíveis com os serviços de destocamento de arborização urbana, conforme exigidos no edital.

1.1.3. Que a área, onde foi prestado o serviço de destocamento para a empresa Corumbá Concessões S.A, é rural, contrariando a exigência de expressa em Termo de Referência de que os serviços fossem executados em área urbana.

1.1.4. Que a empresa BIOVETOR analisou outro atestado do serviço de destocamento apresentado pela FCB, firmado com a própria empresa Licitante, e constatou que este além de não possuir o registro no CREA, foi constada como data de assinatura o dia 02/05/2025, indicando uma possível dúvida quanto a veracidade do documento.

1.1.5. Por fim, menciona que o atestado de capacidade técnica apresentado pela FCB não menciona o Sr. Mario Ozeas Sampaio dos Santos como responsável técnico dos serviços citados no documento.

1.2. DA CONTRARRAZÃO

1.2.1. A empresa FCB apresentou contrarrazão esclarecendo que a análise da empresa BIOVETOR foi equivocada uma vez que no atestado apresentado pela FCB informa tanto da "retirada de raízes envoltos em solo" COMO TAMBÉM da retirada de ervas daninhas, dois serviços distintos, e não da retirada de raízes envoltos em solo de ervas daninhas como interpretado pela empresa BIOVETOR.

1.2.2. Esclarece que o atestado, emitido pela própria licitante datada de 02/05/2025, possui um mero erro material e que este equívoco por si só não configura irregularidade na emissão dos documento ou nos contratos e esclarece ainda que mesmo não havendo a apresentação do CAT, este atestado em específico foi emitido pelo próprio órgão licitante.

1.2.3. Com intuito de exterminar qualquer dúvida quanto a habilitação da FCB no serviço de destocamento, a empresa cita ainda um atestado constante na página 34, o qual trata do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2017 – METRÔ/DF, onde é atestado a execução de serviço de destocamento.

1.2.4. Esclarece ainda que o RT do Responsável Técnico está vinculado aos contratos e, por sua vez, ao atestado, por força da proposta e habilitação enviados durante o processo licitatório dos contratos ali dispostos.

2. ANÁLISE

2.1. Foi exigido, conforme exposto no item 11 "DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO", que a empresa apresentasse dois atestados:

2.1.1. Um deles, conforme itens 11.4.2.1 e 11.4.2.2, foi o Acervo Técnico de 50% do quantitativo total anual dos serviços de poda juntamente com o Acervo Técnico de 50% do quantitativo total anual dos serviços de supressão, tendo em vista serem **os serviços de maior relevância** do objeto licitado, **demonstrando**, desta forma, a experiência de **execução de atividades compatíveis com as características dos serviços do objeto a ser contratado** de forma a comprovar sua capacidade técnica operacional, senão vejamos:

11.4.2 Da Empresa:

11.4.2.1 As empresas PROPONENTES deverão demonstrar sua capacidade técnica operacional, comprovando ter executado, a qualquer tempo, serviços compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão(ões) e atestado(s). O (s) atestado(s) para capacidade operativa da empresa deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional, o nome da pessoa jurídica do licitante, bem como a empresa contratada para a execução da obra ou serviços, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução n.º 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. É permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica para cada um dos diferentes serviços.

11.4.2.2 A empresa licitante deverá comprovar Acervo Técnico de 50% do quantitativo total anual dos serviços de poda e comprovar Acervo Técnico de 50% do quantitativo total anual dos serviços de supressão, tendo em vistas serem os serviços de maio relevância do objeto licitado, comprovando a experiência de execução de atividades compatíveis com as características dos serviços do objeto a ser contratado, conforme quantitativo indicado na tabela abaixo.

2.1.2. O outro atestado, conforme item 11.4.3, foi a exigência do **conhecimento técnico na execução de serviço de destocamento**, tendo em vista ser a **atividade de menor relevância**, vejamos:

11.4.3 Considerando a necessidade de que a empresa contratada tenha conhecimento técnico na execução dos serviços de destocamento e considerando que este serviço não é a atividade de maior relevância será apenas exigido que a empresa Proponente comprove já ter executado, a qualquer tempo, sem destinação ou quantidade o serviço de destocamento.

2.2. Dessa forma, como já tratado anteriormente, a exigência da comprovação dos serviços de maior relevância, poda e supressão, serem em área pública urbana compatibilizando com o objeto a ser contratado, se dá ao fato de que:

"...estas áreas carecem de técnicas e experiências diferentes daquelas aplicadas em áreas que possuem outras características. Contratação de empresa especializada em um serviço em determinada área demonstra a necessidade de uma empresa que tenha "Know how" específico naquele assunto para aquele dado contexto, no presente caso, significa que há necessidade de contratação, não de uma empresa que tenha apenas experiência em intervenção arbórea, mas sim uma empresa especializada em intervenção arbórea em área verde pública urbana.

Nas áreas urbanas existe um séries de adversidades e interferências com equipamentos públicos e particulares, as quais não são encontradas em povoamento florestal, como alguns exemplos podemos citar as redes de distribuição de energia elétrica, postes, muros, fachadas, meios-fios, rede de esgoto, rede pluvial, calçadas, fachadas de prédio, dentre muitos outros. Ainda, a execução do serviço de manutenção arbórea em áreas verdes públicas é realizado em vias e nas adversidades do dia a dia de uma área urbana, ou seja, em ambientes que possuem grande circulação de carros e transeuntes e onde deverão ser observados diversos aspectos que garantam a integridade dos que ali circundam, cenário este bem adverso ao encontrado em povoamento florestal."

2.3. Tal exigência não foi feita para o serviço de destocamento uma vez que, além de não ser a atividade de maior relevância, a técnica de destocamento é a mesma independente da área onde a cepa esteja localizada, ou seja, independente se uma determinada cepa esteja inserida em uma área rural, um povoamento florestal ou uma área urbana, a técnica para retirada desta será a mesma, diferentemente dos casos de execução de serviço de poda e supressão, e por este motivo foi exigida a comprovação da execução a qualquer tempo, sem destinação ou quantidade do serviço de destocamento sem nenhuma especificidade.

2.4. Posto isto, tendo em vista que a empresa FCB apresentou, além do atestado de capacidade técnica de Corumbá já analisado, o atestado emitido pela próprio órgão licitante, contudo sem a CAT e ainda o atestado do Metro com a devida CAT (página 70 e 71 da Habilitação [153322807](#)) realizado nos sistemas operacionais do Metro, localizado na Avenida Jequitibá:

Descrição das atividades:

Prestação de serviços continuados de capina manual e mecânica, poda de árvores, varrição, retirada de troncos e remoção de resíduos provenientes dos serviços com destinação de acordo com a legislação ambiental vigente, com fornecimento de todos os materiais, sob demanda, equipamento e mão de Obra;

Responsável Técnico: Mario Ozeas Sampaio dos Santos Filho, inscrito no CREA nº DF-17555/D;

Nível de atuação: Execução do trabalho;

Período de participação nos serviços: 20/03/2019 a 20/03/2019;

Período em participação nos serviços: 20/03/2019 a 20/03/2020;

Atividades que efetivamente desenvolveu: Prestação de serviços continuados de capina manual e mecânica, poda de árvores, varrição, **retirada de troncos e remoção de resíduos provenientes dos serviços com destinação** de acordo com a legislação ambiental vigente, com fornecimento de todos os materiais, sob demanda, equipamento e mão de Obra.

2.5. Esta área técnica entende, s.m.j, que a empresa comprovou ter executado a qualquer tempo e em qualquer quantidade o serviço de destocamento.



2.6. Ainda, conforme item 11.4.1, o Responsável Técnico da PROPONENTE deveria comprovar ter executado serviços compatíveis com o objeto da licitação, senão vejamos:

11.4.1 Do Responsável Técnico - O Responsável Técnico da PROPONENTE deverá comprovar ter executado, a qualquer tempo, obras/serviços compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão (ões) e atestado(s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica (s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo

CREA/CAU, na forma do disposto na Resolução n.º 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, com apresentação da (s) Certidão (ões) de Acervo Técnico (CAT) e indicação da(s) Anotação (ões) de Responsabilidade Técnica (ART) emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução do serviço descrito na tabela abaixo:

	Descrição dos serviços
Para todos os lotes	Manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação.

2.7. Na habilitação entregue pela empresa FCB ([153322807](#)) foram encontrados diversos documentos onde o Sr. Mario Ozeas foi mencionado, vejamos alguns destes:

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS		 CREA-GO
Certidão de Acervo Técnico - CAT Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009		CAT COM REGISTRO DE ATESTADO 1020170000706 Atividade concluída
CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução no 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA-GO o Acervo Técnico do profissional MARIO OZEAS SAMPAIO DOS SANTOS FILHO referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s): Profissional: MARIO OZEAS SAMPAIO DOS SANTOS FILHO RNP: 0708259782 Registro: 17555/D-DF Título profissional: Engenheiro Agrônomo		
Nº ART: 1020170050555 Tipo: Obra ou serviço .. Registrada em: 24/03/2017 .. Baixada em: 24/03/2017 Forma de registro: Substituição à 1020170049649 Participação técnica: Individual Empresa contratada: 23495 - FCB - TRANSPORTES LOGISTICA E SERVICOS GERAIS LTDA		
Contratante: CORUMBÁ CONCESSÕES S.A. CPF/CNPJ: 04.066.598/0001-72 Rua 15 A..... Número: SN..... Bairro: Vila Juracy CEP: 72814-300 Quadra: SQ Lote: SN Complemento: zona rural Cidade: Luziânia-GO E-Mail: Fone: (61....)3392-9600 Contrato: 966-2016 Celebrado em: 22/10/2015 Valor R\$: 157.374,30 Vinculada a ART: Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público Ação Institucional: Nenhuma/Não Aplicável		
Endereço da Obra/Serviço: Rua 15 A Número: SN..... Bairro: Vila Juracy CEP: 72814-300 Quadra: SQ Lote: SI Complemento: zona rural Cidade: Luziânia-GO Data de início: 26/08/2016 Previsão término: 25/10/2016 Coordenadas Geográficas: Finalidade: Outro Código/Obra pública: Proprietário: CORUMBÁ CONCESSÕES S.A. CPF/CNPJ: 04.066.598/0001-72 E-Mail: Fone: (61....) 3392-9600		
Atividade(s) Técnica(s): 1 - ATUACAO EXECUCAO SERVICOS AFINS E CORRELATOS EM MEIO AMBIENTE , 185.000,00 METROS QUADRADOS;		
Observações: PODA DE ARVORES, ACEIRO, ROÇAGEM MANUAL E OU MECANIZADA COM RETIRADA DE RAÍZES ENVOLTOS EM SOLO, CONTROLE DE ERVAS DANINHAS, RASTELAGENS E DESTINAÇÃO EM LOCAL INDICADO E DESCUPINIZAÇÃO;		



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional MARIO OZEAS SAMPAIO DOS SANTOS FILHO referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **MARIO OZEAS SAMPAIO DOS SANTOS FILHO RNP: 0708259782 Registro: 17555/D-DF**

Título profissional: **Engenheiro Agrônomo**

Número da ART: **0720230027262** Tipo de ART: Obra ou serviço. Registrada em: 06/04/2023 Baixada em:

Forma de registro: Complementar à 0720230027262

Participação técnica: Individual

Empresa contratada: 9923 - FCB - TRANSPORTES LOGISTICA E SERVICOS GERAIS LTDA

Contratante: Companhia urbanizadora da nova capital do Brasil- novacap CPF/CNPJ: 00037457000170

SIA Setor de Áreas Públicas Número: 01712 Bairro: Zona Industrial (Guará) CEP: 71215000

Cidade: Brasília UF: DF

Complemento:

E-Mail: novacap@novacap.df.gov.br

Fone: (61) 32338099

Contrato: contrato 059/2020 lote 7

Celebrado em: 25/03/2020

Valor R\$: 4889708.00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Vinculada a ART: 0720230027262

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: SIA Setor de Áreas Públicas

Número: SN

Bairro: Zona Industrial (Guará)

CEP: 71215000

Cidade: Brasília UF: DF

Complemento:

Data de Início: ---

Conclusão efetiva: ---

Coordenadas Geográficas: -
15.820539009041518, -
47.962550818920135

Finalidade: Outro Código/Obra pública:

Proprietário(a): Companhia urbanizadora da nova capital do Brasil- novacap CPF/CNPJ: 00037457000170

E-Mail: novacap@novacap.df.gov.br

Fone: (61) 32338099

Execução Supervisão Meio Ambiente Controle e Monitoramento Ambiental de controle ambiental passivo ambiental 0.0001 metros quadrados

Observações

manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas, serviços de podas, supressão e remoção de árvores, trituração e transporte dos resíduos vegetais oriundos da operação.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **MARIO OZEAS SAMPAIO DOS SANTOS FILHO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **MARIO OZEAS SAMPAIO DOS SANTOS FILHO** RNP: 0708259782 Registro: 17555/D-DF

Título profissional: **Engenheiro Agrônomo**

Número da ART: 0720190023075..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: 16/04/2019

Forma de registro: **Inicial**..... Participação técnica: **Individual**.....

Empresa contratada: 9923 -..FCB - TRANSPORTES LOGISTICA E SERVICOS GERAIS LTDA.....

Contratante: **COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ DF**

CPF/CNPJ: 38.070.074/0001-77

AVENIDA JEQUITIBÁ..... Número: 155....

Bairro: AGUAS

CLARAS.....

CEP: 71929-540

Cidade: BRASILIA..... UF: DF

Complemento:

E-Mail: dad@metro.df.gov.br.....

Fone: (61....)33537151....

Contrato: 012/2018..

Celebrado em: 20/03/2019

Valor R\$: 1.239.761,88...

Vinculada a ART:

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: **Nenhuma/Não Aplicável**

Endereço da Obra/Serviço: Avenida Jequitibá.....

Número: 155....

Bairro: Sul (Águas Claras).....

CEP: 71929-540.....

Cidade: Brasília..... UF: DF

Complemento:

Data de início: 20/03/2018

Situação: "atividade em andamento"

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Outro**.....

Código/Obra pública:

Proprietário: **COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ DF**

CPF/CNPJ: 38.070.074/0001-77

E-Mail: dad@metro.df.gov.br.

Fone: (61....) 33537151..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização Execução manutenção de vegetação, roçagens, poda...**, 3.200,0000 metros quadrados;

Observações

serviços de roçagem mecanizada e manual, capina, limpeza e retirada de subprodutos.

Página 68 ([153322807](#))

3. CONCLUSÃO

3.1. Posto isso, a presente área técnica entende, s.m.j, pela VALIDADE DOS ATESTADOS APRESENTADOS, os quais comprovaram a execução de serviço de destocamento bem como entende pela VALIDADE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO do Sr. Mario Ozeas Sampaio dos Santos apresentado como responsável técnico dos serviços.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZA FERNANDES GOMES MONTEIRO - Matr.0973536-4, Assessor(a)**, em 07/01/2025, às 17:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO ALENCAR DE ARAÚJO - Matr.0973456-2, Assessor(a)**, em 08/01/2025, às 08:36, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA COSTA DE SEABRA - Matr.0973566-6, Assessor(a)**, em 08/01/2025, às 09:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **159770787** código CRC= **DE92D480**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

00112-00008154/2024-95

Doc. SEI/GDF 159770787

Criado por [luiza.monteiro](#), versão 76 por [nitli.siqueira](#) em 07/01/2025 17:12:59.

Parecer SEI-GDF n.º 35/2025 - NOVACAP/PRES/DJ/DCO

Processo: 00112-00024510/2024-18

Interessada: Presidência

Assunto: Recurso Administrativo PE Nº 033/2024 - NLC/PRES - Lotes 03 e 07

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. IRREGULARIDADES NA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA ARREMATANTE. IMPROPRIEDADES AFASTADAS PELA UNIDADE TÉCNICA. SUGESTÃO DE CONHECIMENTO PARCIAL DOS RECURSOS E INDEFERIMENTO.

Senhor Chefe do Departamento Jurídico Consultivo,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se do Despacho - NOVACAP/PRES (SEI nº [160601898](#)) que encaminha a esta Diretoria Jurídica, para análise e parecer, o Relatório 5/2025 - NOVACAP/PRES/NLC (SEI nº [160450983](#)), e os recursos interpostos pela licitante BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA: Recurso Administrativo - Lote 03 (SEI nº [159513076](#)) e Recurso Administrativo - Lotes 07 (SEI nº [159318550](#)).
2. Foram apresentadas contrarrazões (SEI nº [159735422](#) e [159547603](#)).
3. São relevantes para a análise dos autos os seguintes documentos:
 - I - Termo de Referência 44 - NOVACAP/PRES/DU/DPJ (SEI nº [150934957](#));
 - II - Edital PE nº 033/2024 - DECOMP/DA (SEI nº [151137031](#));
 - III - Habilitação FCB (SEI nº [153322807](#));
 - IV - Nota Técnica 713/2024 - NOVACAP/PRES/AUDIT (SEI nº [153431977](#));
 - V - Despacho - NOVACAP/PRES/DU/DPJ (SEI nº [153696750](#));
 - VI - Despacho - NOVACAP/PRES/DC/DPJ/DCOE (SEI nº [156072541](#));
 - VII - Relatório 10/2024 – NOVACAP/PRES/NLC (SEI nº [158857891](#));
 - VIII - Histórico - Lote 03 (SEI [159513567](#));
 - IX - Histórico - Lote 07 (SEI [159320073](#));
 - X - Recurso Administrativo - Lote 03 (SEI nº [159513076](#));
 - XI - Recurso Administrativo - Lote 07 (SEI nº [159318550](#));
 - XII - Contrarrazões - Lote 03 (SEI nº [159735422](#));
 - XIII - Contrarrazões - Lotes 03 e 07 (SEI nº [159547603](#)); e
 - XIV - Relatório 5/2025 - NOVACAP/PRES/NLC (SEI nº [160450983](#)).
4. É o relatório.

II - ANÁLISE

5. *Ab initio*, nos termos dos itens 8.3. e 8.4. do Edital, encerrada a etapa de lances, os PROPONENTES podem, em até 2 (duas) horas, manifestar a intenção de recorrer, de forma motivada **e com o registro da síntese de suas razões em campo próprio do sistema**, importando a ausência de manifestação em decadência do direito.

"8.3 - Encerrada a etapa de lances, os PROPONENTES deverão consultar regularmente o sistema para verificar se foi declarado o vencedor e se está aberta a opção para interposição de recurso. A partir da liberação, os PROPONENTES poderão, no prazo de até 2 (duas) horas, manifestar a intenção de recorrer, de forma motivada e com o registro da síntese de suas razões em campo próprio do sistema.

8.3.1 - O PROPONENTE desclassificado antes da fase de disputa também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso naquele momento.

8.4 - A falta de manifestação do PROPONENTE quanto à intenção de recorrer, na forma e prazo estabelecidos nos itens anteriores, importará decadência desse direito, ficando o PREGOEIRO autorizado a adjudicar o objeto ao PROPONENTE declarado vencedor."

6. A manifestação da Recorrente, consta dos documentos SEI nº [159513567](#) (Lote 03) e [159320073](#) (Lote 07), nos seguintes termos:

Proponente	Lote	Data	Registro	Documento
BIOVETOR SERVIÇOS EPECIALIZADOS LTDA	03	23/12/2024	Manifestamos intenção de recurso em face das irregularidades na qualificação econômico-financeira aos índices apresentados. Ausência da certidão do item 7.3.2.4, falta de de atestado de capacidade técnica aos serviços destocamento conforme edital.	159513567
	07	16/12/2024	Manifestamos intenção de recurso em face das irregularidades na qualificação econômico-financeira aos índices apresentados. Ausência da certidão do item 7.3.2.4, falta de de atestado de capacidade técnica aos serviços destocamento conforme edital.	159548116

7. Do quadro acima, verifica-se que os objetos de recurso, seja para o Lote 03, seja para o Lote 07, restringem-se a:

- I - irregularidades na qualificação econômico-financeira, quanto aos índices apresentados;
- II - ausência da certidão do item 7.3.2.4.;
- III - ausência de atestado de capacidade técnica relativo aos serviços de destocamento.

8. As razões dos recursos apresentados (SEI nº [159513076](#) e [159318550](#)), tratam da ausência de comprovação de capacidade técnica de destocamento em área urbana; da inadequação e invalidade do atestado de capacidade técnica nº 46/2024 ao fim que se destina, da ausência do índice de endividamento financeiro, e da ausência da Certidão Negativa de Débitos relativo às contribuições previdenciárias e as de terceiros:

Foram constatadas as seguintes irregularidades: (a) ausência de comprovação de capacidade técnica de destocamento em área urbana; (b) a inadequação e invalidade do atestado de capacidade técnica nº 46/2024 ao fim que se destina; (c) ausência do índice de endividamento financeiro (EF); e (e) ausência da Certidão Negativa de Débitos relativo às contribuições previdenciárias e as de terceiros.

9. No que tange à alínea 'b', supra, o recurso não merece conhecimento, nos termos do item 8.4., uma vez que a matéria não consta do registro de intenção de recurso da Recorrente.

10. Pelas mesmas razões, não merece conhecimento as alegações concernentes ao desatendimento ao item 11.4.1 do Termo de Referência, uma vez que o registro de intenção de recurso, no que tange à capacidade técnica se restringe à discussão acerca da atividade de destocamento.

11. O Pregoeiro, analisando os recursos, que possuem o mesmo teor, elaborou o Relatório 5/2025 - NOVACAP/PRES/NLC (SEI nº [160450983](#)), onde conclui:

5.2. A Área Técnica demandante analisou detalhadamente os documentos e concluiu que:

- O serviço de destocamento, considerado de menor relevância no edital, foi comprovado pela empresa FCB por meio de múltiplos atestados, incluindo um emitido pelo próprio órgão licitante e outro com CAT anexa, atendendo ao item 11.4.3 do Termo de Referência.
- A realização de serviços em áreas rurais não compromete a comprovação do destocamento, pois a técnica aplicada é idêntica, independentemente do local de execução.
- O erro material no atestado emitido pela NOVACAP foi reconhecido como irrelevante para fins de avaliação da capacidade técnica.
- A vinculação do responsável técnico aos contratos está comprovada na documentação apresentada.

5.3. Quanto a alegação de que a empresa FCB apresentou índice de endividamento financeiro insatisfatório, informamos que conforme Nota Técnica 713 da Auditoria ([153431977](#)), àquela especializada concluiu que os índices econômico-financeiros da recorrida estão dentro das margens estabelecidas nos subitens 7.3.1.5 e 7.3.1.6 do edital do Pregão Eletrônico nº 033/2024 – DECOMP/DA.

5.4. Quanto a alegação de ausência da Certidão Negativa de Débitos relativo às contribuições previdenciárias, a recorrida está devidamente cadastrada no SICAF e em situação regular. O documento citado não faz parte das exigências elencadas no item 7.3.1 do Edital e somente seria exigido se a Recorrida não fosse cadastrada junto ao SICAF, nos termos do item 7.3.2, o que não é o caso em apreço.

5.5 Nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, em conjunto com o art. 31 da Lei 13.303/2016, prevalece a avaliação objetiva das condições de habilitação. A interpretação do edital deve sempre visar o atendimento ao interesse público e a seleção da proposta mais vantajosa, observando-se os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

5.6. Com base na análise técnica e jurídica apresentada, decidimos pelo indeferimento do recurso interposto pela empresa Biovetor Serviços Especializados Ltda. e pela manutenção da habilitação da empresa FCB Transporte e Logística no Lote 03 e 07 do Pregão Eletrônico nº 033/2024.

II.1 - DA AUSÊNCIA DO GRAU DE ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO (EF)

12. Pugna a recorrente que a ausência de documentos que demonstrem os índices previstos no item 7.3.1.5.2 do Edital, ensejaria a desclassificação da arrematante com base no item 7.1.2. do Edital.

13. Todavia, não cabe razão à Recorrente. O item 7.3.1.5. prevê o encaminhamento de "*Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados, **que comprovem a boa situação financeira da empresa**, acompanhadas da análise econômico-financeira, sendo essas, em papel timbrado da empresa, legível, sem rasuras e devidamente assinada pelo representante legal e o profissional de contabilidade legalmente habilitado e autorizado*".

14. A leitura rasa dos itens 7.3.1.5.1. e 7.3.1.5.2. é suficiente para compreensão de que tais itens meramente complementam a matéria do item anterior (7.3.1.5.) de maior nível. Nesse sentir, forçoso notar que o item 7.3.1.5.2., tido por descumprido, simplesmente estabelece os critérios que serão utilizados para aferição da boa situação financeira da empresa, cuja comprovação se dará via análise dos Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, conforme estipulado no item 7.3.1.5., documentos que constam da documentação de habilitação da arrematante (SEI nº [153322807](#), pgs. 26 a 39).

15. Tal análise foi realizada na Nota Técnica 713/2024 - NOVACAP/PRES/AUDIT (SEI nº [153431977](#)), que no item 1., alínea 'd', efetuou o cálculo previsto no item 7.3.1.5.2., asseverando que os índices da arrematante para os exercícios 2022 e 2023 eram satisfatórios.

16. Dessarte, frente a análise efetuada pela unidade técnica, a alegação da recorrente mostra-se improcedente.

II.2 - DA AUSÊNCIA DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS

17. Pugna a recorrente que a arrematante deixou de cumprir com a exigência do item 7.3.2.4 do Edital o que ensejaria sua desclassificação com base no item 7.1.2. do Edital.

18. De pronto impende verificar que o item 7.3.2.4., subordina-se às disposições do item 7.3.2. que estabelece:

7.3.2. As Licitantes que não são cadastradas ou com situação irregular junto ao SICAF, deverão encaminhar os seguintes documentos:

19. Conforme se verifica da documentação de habilitação da arrematante (SEI nº [153322807](#), pgs. 1 a 5) a arrematante é cadastrada e possui situação regular junto ao SICAF, razão pela qual, aplicando-se-lhe as regras constantes no item 7.3.1., que estabelece:

7.3.1. As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:

20. Do rol de que trata o item supra, não consta menção à Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros.

21. Isso porque, os arts. 11 a 13 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de Abril de 2018, que estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, cuja utilização no âmbito do Distrito Federal é autorizada pelo art. 4º do Decreto nº 23.546/2003, dispõem que o registro regular supre as exigências do art. 29, da Lei 8.666/93, no que tange à regularidade fiscal e trabalhista:

Art. 11. O registro regular no nível “Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista” supre as exigências do art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993, no que tange à regularidade em âmbito federal.

§ 1º A regularidade fiscal e trabalhista será obtida por meio do compartilhamento de informações entre os órgãos responsáveis pela expedição das certidões.

§2º As decisões judiciais deverão ser informadas no Sicaf pelo fornecedor, para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

Art. 12. O registro regular no nível “Regularidade Fiscal Estadual, Distrital e Municipal” supre as exigências do art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993, no que tange aos âmbitos estadual e municipal.

§1º Os documentos relativos à Regularidade Fiscal Estadual, Distrital e Municipal deverão ser inseridos pelo interessado no Sicaf, conforme disposto no § 1º do art. 6º.

§2º As decisões judiciais deverão ser informadas no Sicaf pelo fornecedor, para fins de comprovação da regularidade fiscal.

Art. 13. A Regularidade Fiscal Estadual, Distrital e Municipal, junto ao Sicaf, do fornecedor considerado isento dos tributos estaduais ou municipais, será comprovada mediante a inserção no sistema da declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei. (Grifou-se)

22. A Declaração SICAF constante do documento SEI nº [153322807](#), pgs. 1 a 5, aponta que a arrematante encontra-se cadastrada nos níveis: I - Credenciamento, II - Habilitação Jurídica, III - Regularidade Fiscal e Trabalhista, IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal, e VI - Qualificação Econômico-Financeira, razão pela qual, nos termos da Instrução Normativa nº 3/2018 - MPOG, encontram-se supridas as exigências relativas à habilitação fiscal e trabalhistas do âmbito federal e local.

23. Nesses termos, a alegação da recorrente mostra-se improcedente.

II.3 - DA INVALIDADE DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

24. Pugna a recorrente que os Atestados de Capacidade Técnica da arrematante não comprovam a execução de serviços compatíveis com os descritos no Termo de Referência (TR), descumprindo, portanto, o item 7.3.1.18.1 do Edital, o que ensejaria sua desclassificação com base no item 7.1.2. do Edital.

25. No que tange especificamente à discussão acerca da atividade de destocamento a recorrente defende que:

- Os atestados não mencionam atividades de retirada de resíduo lenhoso e destocamento de remanescentes de árvores cortadas, que são serviços centrais exigidos para a habilitação técnica no presente certame.
- Além disso, os documentos descrevem atividades relacionadas à serviços de roçada manual e mecanizada com retirada de raízes de ervas daninhas, sendo, portanto, incompatíveis com os serviços de destocamento de arborização urbana, conforme exigidos no edital.

26. Ao contrário da primeira afirmação, o item 11.4.3. do Termo de Referência estabelece:

"11.4.3. Considerando a necessidade de que a empresa contratada tenha conhecimento técnico **na execução dos serviços de destocamento e considerando que este serviço não é a atividade de maior relevância será apenas exigido que a empresa Proponente comprove já ter executado, a qualquer tempo, sem destinação ou quantidade o serviço de destocamento.**" (Grifou-se)

27. No que tange à segunda afirmação, a jurisprudência pátria, seja no âmbito administrativo, seja no judiciário, consolidou o entendimento de que as exigências para demonstração da capacidade técnico-operacional devem se limitar à comprovação de execução de obras e serviços similares ou equivalentes, não se admitindo, sem a devida fundamentação, a exigência de experiência em determinado tipo de metodologia executiva sendo possível a comprovação de aptidão técnica por atestados de obras ou serviços similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. TUTELA JURISDICIONAL. NEGATIVA. INEXISTÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. CASO CONCRETO. VERIFICAÇÃO INVIÁVEL NA VIA ESPECIAL. LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATESTADO DE EXECUÇÃO DE OBRA SIMILAR DE COMPLEXIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR. PROVA PERICIAL. COMPROVAÇÃO. HABILITAÇÃO. DIREITO. LAUDO TÉCNICO. DISCORDÂNCIA. SÚMULA 7 DO STJ. CLÁUSULAS DO EDITAL. NULIDADE NÃO AVERIGUADA NO ARESTO RECORRIDO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. 1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

2. Inexiste violação ao art. 535 do CPC/1973 (art. 1.022 do CPC/2015) quando o Tribunal de origem, provocado mediante embargos de declaração, aprecia fundamentadamente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, ainda que de forma contrária aos interesses da parte, como verificado na hipótese.

3. Discordar da constatação assinalada no julgado recorrido, de que os patronos da parte "puderam igualmente discutir com profundidade o teor da prova técnica e documental existente nos autos", importa inevitável revolver de aspectos fático-probatórios, providência inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

4. A Lei de Licitações (Lei n. 8.666/1993), ao tratar das exigências de qualificação técnica, prescreve, no art. 30, § 3º, que "será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior."

5. A administração pública pode exigir certa rigidez na capacitação técnica das empresas, a fim de atender ao interesse público - a exemplo de experiência anterior na execução de um objeto idêntico àquele licitado -, desde que exista alguma justificativa lógica, técnica ou científica que dê respaldo a tanto, o que ocorre normalmente nos contratos de grande vulto, de extremo interesse para os administrados.

6. **Julgados do Plenário do Tribunal de Contas da União orientam que, "em regra, as exigências para demonstração da capacidade técnico-operacional devem se limitar à comprovação de execução de obras e serviços similares ou equivalentes, não se admitindo, sem a devida fundamentação, a exigência de experiência em determinado tipo de metodologia executiva (...)", e que "é possível a comprovação de aptidão técnica por atestados de obras ou serviços similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior."**

7. Caso em que, em certame licitatório instaurado pela SABESP para execução de obras dos sistemas de disposição oceânica de esgotos no Município de Praia Grande/SP, a comissão licitante concluiu pela inabilitação técnica do Consórcio/agravado, por falta de comprovação de experiência em obras em ambiente marítimo.

8. O Tribunal paulista reformou a sentença para anular a decisão de inabilitação e declarar os agravados vencedores do certame, por vislumbrar ofensa à isonomia, manifesta na restrição da disputa e no direcionamento da licitação.

9. O laudo técnico elaborado pelo perito convenceu o Tribunal a quo de que o conteúdo dos dois atestados apresentados pelas empresas consorciadas, ora agravadas, no tocante à execução de emissário de esgoto sanitário no estuário do Rio Guaíba, para o DMAE de Porto Alegre, em ambiente fluvial, comprova "a execução de serviços com características semelhantes e de competência tecnológica e operacional equivalentes, e até superiores, às exigências contidas no edital".

10. A prova pericial não só atestou a aptidão do Consórcio/agravado para a execução da obra licitada como verificou a ausência de motivação ou justificativa técnico-científica para a rejeição dos atestados de capacidade técnica dos agravados.

11. Mesmo a dúvida decorrente da incidência das ondas e arrebentação no ambiente de realização do objeto licitado - chamadas, no laudo, de "janelas de mar", cuja presença ensejou a improcedência do pedido no primeiro grau de jurisdição - foi dirimida pela Corte paulista, mais uma vez, com base nas proposições lançadas pelo perito nomeado pelo juízo.
12. Discordar da prova técnica para reputá-la inconclusa ou para concluir pela inabilitação técnica das agravadas reclama a imperiosa necessidade de reexame do acervo fático-probatório - e não reavaliação da prova -, providência vedada na via especial, ante o óbice inserto na Súmula 7 do STJ.
13. Esta Corte já decidiu ser legal a exigência de prévia experiência em atividades congêneres ou similares ao objeto licitado para fins de demonstração de qualificação técnica (REsp 1257886/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/11/2011, DJe 11/11/2011).
14. Segundo o julgado recorrido, o Colegiado de origem não pronunciou a nulidade de cláusulas do edital, mas afastou "interpretação restritiva" de suas disposições pela comissão licitante, "no ponto em que exigia que a comprovação da experiência deveria ser somente por meio de obra em mar aberto", o que acarretou a restrição da disputa, ali reparada.
15. Inexiste mácula na previsão editalícia, posto que prestigiou e reproduziu o teor do art. 30, § 3º, da Lei n. 8.666/1993, para propiciar a participação no certame de licitantes que comprovassem a execução de serviços de características semelhantes de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superiores àquelas ali exigidas.
16. Se a ação proposta não pretendeu nulificar as disposições editalícias, como anotado no acórdão, não há falar em decadência do direito de assim proceder (art. 41, 2º, da Lei n. 8.666/1993).
17. O teor do art. 21, § 4º, da Lei de Licitações (replicação do edital para propiciar sua ampla divulgação pela mesma forma com que se deu o texto original) e dos arts. 131, 335 e 436 do CPC/2015 não foi examinado no aresto recorrido, tampouco ventilado nos aclaratórios manejados na origem, falta que denota padecer o especial, no ponto, do indispensável prequestionamento (Súmula 282 do STF).
18. Agravos conhecidos para conhecer parcialmente dos recursos especiais e, nessa extensão, negar-lhes provimento.
- (STJ. AREsp n. 1.144.965/SP, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 12/12/2017, DJe de 19/12/2017.) (Grifou-se)

28. Esse entendimento funda-se no princípio da competitividade que visa alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, devendo ser promovido o amplo acesso ao processo licitatório. Dessa forma, e por força do art. 37, XXI da Constituição Federal, as exigências de qualificação técnica devem restringir-se àquelas indispensáveis à garantia do cumprimento do contrato administrativo.

29. No caso em análise, a unidade técnica, por meio do Despacho - NOVACAP/PRES/DC/DPJ (SEI nº [159770787](#)), informou que:

2.3. Tal exigência não foi feita para o serviço de destocamento uma vez que, além de não ser a atividade de maior relevância, a técnica de destocamento é a mesma independente da área onde a cepa esteja localizada, ou seja, independente se uma determinada cepa esteja inserida em uma área rural, um povoamento florestal ou uma área urbana, a técnica para retirada desta será a mesma, diferentemente dos casos de execução de serviço de poda e supressão, e por este motivo foi exigida a comprovação da execução a qualquer tempo, sem destinação ou quantidade do serviço de destocamento sem nenhuma especificidade. (Grifou-se)

30. Dessarte, certificado pela área técnica que a execução do serviço constante dos Atestados de Capacidade Técnica apresentados pela arrematante é similar àquela exigida no Termo de Referência/Edital, não se mostra razoável a limitação à execução do serviço em área urbana para fins de comprovação de qualificação técnica, sob pena de restrição ilegal da disputa.

31. Outrossim, merece registrar que carece de fundamento a alegação da recorrente de que:

Convém salientar que, nesse mesmo certame, foi realizada uma análise de capacidade técnica dos atestados apresentados por todos os arrematantes. A empresa Planativa Florestal Ltda., nos lotes 3, 4, 5 e 9, foi inabilitada justamente por não comprovar a execução dos serviços em áreas urbanas públicas. Vejamos:

32. Isso porque o item 3.11. do Despacho - NOVACAP/PRES/DU/DPI (SEI nº [153696750](#)), do qual consta a análise da capacidade técnica da empresa Planativa Florestal Ltda, refere-se a execução de serviços de poda e supressão e não ao serviço de destocamento, que foi tratado no item 3.15., que, por sua vez, não faz menção à restrição de sua execução em área urbana.

33. Importante ressaltar a diferença estabelecida no do Termo de Referência para a comprovação de Acervo Técnico para os serviços de poda e supressão (item 11.4.2.2.) e para o serviço de destocamento (item 11.4.3.), senão vejamos:

11.4.2.2. A empresa licitante deverá comprovar Acervo Técnico de 50% do quantitativo total anual dos **serviços de poda** e comprovar Acervo Técnico de 50% do quantitativo total anual dos **serviços de supressão, tendo em vistas serem os serviços de maior relevância do objeto licitado, comprovando a experiência de execução de atividades compatíveis com as características dos serviços do objeto** a ser contratado, conforme quantitativo indicado na tabela abaixo.

LOTES	REGIÕES ADMINISTRATIVAS	QUANT. ANUAL PODA (Und.)	QUANT. ANUAL SUPRESSÃO (Und.)	ACERVO TÉCNICO PODA 50% (Und.)	ACERVO TÉCNICO SUPRESSÃO 50% (Und.)
3	Paranoá, Lago Norte/Taquari, Varjão e Itapoã	3364	852	1682	426
7	Taguatinga, Samambaia, Águas Claras, Arniqueira, SCIA/Estrutural	9275	1900	4638	950

Quantitativos mínimos exigidos para comprovação de capacidade operativa, 50% (vinte e cinco por cento) da(s) área(s) do(s) lote(s) a ser(em) adjudicado(s).

11.4.3. Considerando a necessidade de que a empresa contratada tenha conhecimento técnico na execução dos **serviços de destocamento** e **considerando que este serviço não é a atividade de maior relevância** será apenas exigido que a empresa Proponente **comprove já ter executado, a qualquer tempo, sem destinação ou quantidade o serviço de destocamento.**

34. Acerca da execução dos serviços de poda e supressão a unidade técnica se manifestou no Despacho - NOVACAP/PRES/DC/DPI (SEI nº [159770787](#)), nos seguintes termos:

2.2. Dessa forma, como já tratado anteriormente, **a exigência da comprovação dos serviços de maior relevância, poda e supressão, serem em área pública urbana** compatibilizando com o objeto a ser contratado, **se dá ao fato de que:**

"...estas áreas carecem de técnicas e experiências diferentes daquelas aplicadas em áreas que possuem outras características. Contratação de empresa especializada em um serviço em determinada área demonstra a necessidade de uma empresa que tenha "*Know how*" específico naquele assunto para aquele dado contexto, no presente caso, significa que há necessidade de contratação, não de uma empresa que tenha apenas experiência em intervenção arbórea, mas sim uma empresa especializada em intervenção arbórea em área verde pública urbana.

Nas áreas urbanas existe um séries de adversidades e interferências com equipamentos públicos e particulares, as quais não são encontradas em povoamento florestal, como alguns exemplos podemos citar as redes de distribuição de energia elétrica, postes, muros, fachadas, meios-fios, rede de esgoto, rede pluvial, calçadas, fachadas de prédio, dentre muitos outros. Ainda, a execução do serviço de manutenção arbórea em áreas verdes públicas é realizado em vias e nas adversidades do dia a dia de uma área urbana, ou seja, em ambientes que possuem grande circulação de carros e transeuntes e onde deverão ser observados diversos aspectos que garantam a integridade dos que ali circundam, cenário este bem adverso ao encontrado em povoamento florestal."

35. Dessarte, frente a análise efetuada pela unidade técnica, a alegação da recorrente mostra-se improcedente.

III - CONCLUSÃO

36. Ante o exposto, após análise referente aos aspectos jurídicos, sugere-se:

I - com fulcro nos itens 8.3. e 8.4. do Edital PE nº 033/2024 - DECOMP/DA (SEI nº [151137031](#)), e nos termos dos parágrafos 9 e 10 deste Opinativo, o não conhecimento do Recurso Administrativo - Lote 03 (SEI nº [159513076](#)) e do Recurso Administrativo - Lote 07 (SEI nº [159318550](#)), quanto as alegações de:

- a) inadequação e invalidade do atestado de capacidade técnica nº 46/2024 ao fim que se destina; e
- b) desatendimento ao item 11.4.1 do Termo de Referência.

II - com fulcro nos itens 8.3. e 8.4. do Edital PE nº 033/2024 - DECOMP/DA (SEI nº [151137031](#)), o conhecimento do Recurso Administrativo - Lote 03 (SEI nº [159513076](#)) e do Recurso Administrativo - Lote 07 (SEI nº [159318550](#)), quanto as alegações de:

- a) irregularidades na qualificação econômico-financeira, quanto aos índices apresentados;
- b) ausência da certidão do item 7.3.2.4.; e
- c) ausência de atestado de capacidade técnica relativo aos serviços de destocamento

III - no mérito, nos termos das razões expendidas nos parágrafos 12 a 35 do presente Opinativo, julgar improcedentes as razões do Recurso Administrativo - Lote 03 (SEI nº [159513076](#)) e do Recurso Administrativo - Lote 07 (SEI nº [159318550](#)).

37. Oportunamente, é importante reforçar que o presente parecer não realizou considerações acerca do caráter técnico do caso em tela, já que refoge à alçada estritamente jurídica deste DCO.

É o parecer.

À consideração superior.

FELIPE AUGUSTO LOPES RUELA

Assessor DCO/DJ/NOVACAP

OAB-DF nº 27.495

À Senhora Diretora Jurídica da NOVACAP,

1. Acolho os termos do presente Parecer 35/2025 - NOVACAP/PRES/DJ/DCO, pelos seus próprios fundamentos.
2. Após a manifestação de Vossa Senhoria, sugiro que sejam os autos encaminhados a Presidência para conhecimento.

ANTÔNIO MARQUES DOS REIS FILHO

Chefe do Departamento Jurídico Consultivo

DCO/DJ/NOVACAP

OAB-DF nº 35.184



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE AUGUSTO LOPES RUELA - Matr.0973658-1, Assessor(a)**, em 21/01/2025, às 16:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO MARQUES DOS REIS FILHO - Matr.0973336-1, Chefe do Departamento Jurídico Consultivo**, em 23/01/2025, às 09:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#)
verificador= **161030926** código CRC= **E532FFB3**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF

Criado por [felipe.ruela](#), versão 48 por [felipe.ruela](#) em 21/01/2025 14:33:37.

Despacho – NOVACAP/PRES/DJ

Brasília, 23 de janeiro de 2025.

À Presidência (PRES),

Assunto: Recurso Administrativo PE Nº 033/2024 - NLC/PRES - Lotes 03 e 07

Senhor Diretor-Presidente,

1. **APROVO** o Parecer nº 35/2025 ([161030926](#)) exarado pelo Dr. Felipe Augusto Lopes Ruela e corroborado pelo Chefe do Departamento Jurídico Consultivo Respondendo, Dr. Antônio Marques dos Reis Filho, tendo em vista a instrução dos autos, bem como seus próprios fundamentos.

DANIELLA LEMES CORADO

Diretora Jurídica - DJ/NOVACAP

OAB-DF nº 14.614



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLA LEMES CORADO - Matr.0973661-1, Diretor(a) Jurídico(a)**, em 23/01/2025, às 16:04, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **161285367** código CRC= **BE18F0F2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

Despacho – NOVACAP/PRES

Brasília, 29 de janeiro de 2025.

Ao Núcleo de Licitação,

Assunto: Recursos Administrativos PE Nº 033/2024 - NLC/PRES - Lotes 03 e 07.

1. Trata o presente do **Pregão Eletrônico nº 033/2024-NLC/PRES - Lotes 03 e 07**, cujo o objeto é a Contratação de empresa(s) especializada(s) na manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins – DPJ, ou outro local determinado pela direção da Companhia, com a disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do Distrito Federal – DF., de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Edital e seus anexos.
2. Destarte, a empresa BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA interpôs Recursos Administrativos (Lote 3: [159513076](#) e Lote 7: [159318550](#)) em face da habilitação da empresa FCB TRANSPORTES LOGISTICA E SERVIÇOS GERAIS LTDA.
3. Aberto o prazo de contrarrazões, a empresa FCB - TRANSPORTE LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS LTDA - (Lote 03 - [159735422](#) e Lote 07 - [159547603](#)) apresentou contrarrazões ao recurso em questão.
4. A Comissão Permanente de Licitação - CPL, por meio do Relatório Nº 5/2025– NOVACAP/PRES/NLC ([160450983](#)), recebeu o recurso da empresa BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, e, no mérito, sugeriu que lhe seja **NEGADO PROVIMENTO**, para manter a habilitação da Recorrida, tendo em vista que inexistem motivos para desclassificação / inabilitação, nos termos do Despacho–NOVACAP/PRES/DC/DPJ ([159770787](#)).
5. Os autos foram encaminhados a esta Presidência pelo Núcleo de Licitação, mediante o Despacho–NOVACAP/PRES/NLC ([160491431](#)), para decisão acerca do recurso interposto pela licitante, conforme preconiza o artigo 124 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.
6. Na sequência, os autos foram submetidos à Diretoria Jurídica, nos termos do Despacho - NOVACAP/PRES ([160601898](#)), a qual, mediante ao Parecer SEI-GDF n.º 35/2025 - NOVACAP/PRES/DJ/DCO ([161030926](#)), aprovado pelo Despacho–NOVACAP/PRES/DJ ([161285367](#)), concluiu o seguinte:

(...)

"III - CONCLUSÃO

36. Ante o exposto, após análise referente aos aspectos jurídicos, sugere-se:

I - com fulcro nos itens 8.3. e 8.4. do Edital PE nº 033/2024 - DECOMP/DA (SEI nº [151137031](#)), e nos termos dos parágrafos 9 e 10 deste Opinativo, o não conhecimento do Recurso Administrativo - Lote 03 (SEI nº [159513076](#)) e do Recurso Administrativo - Lote 07 (SEI nº [159318550](#)), quanto as alegações de:

a) inadequação e invalidade do atestado de capacidade técnica nº 46/2024 ao fim que se destina; e

b) desatendimento ao item 11.4.1 do Termo de Referência.

II- com fulcro nos itens 8.3. e 8.4. do Edital PE nº 033/2024 - DECOMP/DA (SEI nº [151137031](#)), o conhecimento do Recurso Administrativo - Lote 03 (SEI nº [159513076](#)) e do Recurso Administrativo - Lote 07 (SEI nº [159318550](#)), quanto as alegações de:

a) irregularidades na qualificação econômico-financeira, quanto aos índices apresentados;

b) ausência da certidão do item 7.3.2.4.; e

c) ausência de atestado de capacidade técnica relativo aos serviços de destocamento

III- no mérito, nos termos das razões expendidas nos parágrafos 12 a 35 do presente Opinativo, julgar improcedentes as razões do Recurso Administrativo - Lote 03 (SEI nº [159513076](#)) e do Recurso Administrativo - Lote 07 (SEI nº [159318550](#)).

37. Oportunamente, é importante reforçar que o presente parecer não realizou considerações acerca do caráter técnico do caso em tela, já que refoge à alçada estritamente jurídica deste DCO."

7. Ante o exposto, mantenho o entendimento exarado pela Diretoria Jurídica, no Parecer SEI-GDF nº 35/2025 - NOVACAP/PRES/DJ/DCO ([161030926](#))([161030926](#) e [161285367](#)), e **DECIDO**:

I - com fulcro nos itens 8.3. e 8.4. do Edital PE nº 033/2024 - DECOMP/DA (SEI nº [151137031](#)), e nos termos dos parágrafos 9 e 10 do referido Parecer ([161030926](#)), o não conhecimento do Recurso Administrativo - Lote 03 (SEI nº [159513076](#)) e do Recurso Administrativo - Lote 07 (SEI nº [159318550](#)), quanto as alegações de:

a) inadequação e invalidade do atestado de capacidade técnica nº 46/2024 ao fim que se destina; e

b) desatendimento ao item 11.4.1 do Termo de Referência.

II- com fulcro nos itens 8.3. e 8.4. do Edital PE nº 033/2024 - DECOMP/DA (SEI nº [151137031](#)), o conhecimento do Recurso Administrativo - Lote 03 (SEI nº [159513076](#)) e do Recurso Administrativo - Lote 07 (SEI nº [159318550](#)), quanto as alegações de:

a) irregularidades na qualificação econômico-financeira, quanto aos índices apresentados;

b) ausência da certidão do item 7.3.2.4.; e

c) ausência de atestado de capacidade técnica relativo aos serviços de destocamento

III- no mérito, nos termos das razões expendidas nos parágrafos 12 a 35 do referido Parecer ([161030926](#)), **JULGAR IMPROCEDENTES** as razões do Recurso Administrativo - Lote 03 (SEI nº [159513076](#)) e do Recurso Administrativo - Lote 07 (SEI nº [159318550](#)).

8. Restituo os autos para as providências necessárias ao prosseguimento do certame.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE - Matr.0973488-0, Diretor(a) Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 29/01/2025, às 16:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#)

verificador= **161767880** código CRC= **9041EA5C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s): 3403-2310
Site - www.novacap.df.gov.br